

Projeto do Plano Diretor de Goiânia só deve começar a tramitar no dia 7

Vereadores defendem apreciação rápida, sob argumento de que texto, que deve ter como relatora Sabrina Garcêz (PSD), está em debate há muito tempo

01/12/2021 - 22:00



Sabrina Garcêz: "Superamos os debates mais problemáticos, mais sensíveis" (Foto: Fábio Lima / O Popular)



O projeto de lei complementar do Plano Diretor de Goiânia (PDG) só começará a tramitar na Câmara Municipal no dia 7, reduzindo ainda mais o período de discussões na Casa, já que a intenção é aprová-lo ainda este ano. Na sessão desta quarta-feira (19), vereadores defenderam a tramitação rápida, sob argumento de que o projeto já está em debate há muito tempo e que a revisão do plano deveria ter sido feita em 2017.

A previsão é que a vereadora Sabrina Garcêz (PSD) seja a relatora na Comissão Mista, que vai definir o cronograma de audiências públicas e votação. Ela diz que não há confirmação, mas se posiciona entre os que consideram razoável o tempo



os que consideram razoável o tempo para apreciação. “Já trabalhamos demais neste projeto e não há grandes novidades. Superamos todos os debates mais problemáticos, mais sensíveis”, afirma.

Embora tenha sido enviado no fim da tarde de terça-feira (30) ao Legislativo, o projeto não foi lido em plenário no dia seguinte e não haverá sessão nesta quinta-feira (2), por conta de atualização do software do plenário, segundo a Casa.

A direção da Câmara informou que não foi possível ler na quarta-feira por conta da conferência dos documentos. O plano tem 23 volumes. A checagem é realizada pela Diretoria Legislativa, que depois encaminhará ao plenário para leitura e o projeto segue para a



para leitura e o projeto segue para a Comissão Mista.

Diante da cobrança do Ministério Público de Goiás (MP-GO) por transparência e participação pública na tramitação do PDG, o presidente da Comissão Mista da Câmara Municipal, Cabo Senna (Patriota), disse que convidará integrantes do Conselho Municipal de Políticas Urbanas (Compur) a participar de audiências públicas.

As 7ª e 8ª Promotorias de Justiça de Goiânia expediram recomendação à Prefeitura, na terça-feira, para que submeta ao Compur, “com a garantia da efetiva participação de seus membros”, o relatório final do grupo de trabalho criado em fevereiro para analisar as emendas de vereadores ao



analisar as emendas de vereadores ao projeto. O MP-GO também solicitou a participação de associações de moradores e conselhos de classe profissional nos debates do projeto.

A promotora Alice Freire diz que o objetivo do inquérito do MP-GO é a participação popular em todas as fases da tramitação legislativa. “Como o Executivo não submeteu o novo texto às novas audiências públicas, uma forma seria submetê-lo ao Compur, conforme, inclusive, determina a lei”, afirma. A Prefeitura tem prazo até o dia 7 para dar resposta à recomendação do MP-GO. A promotora diz que a análise de atendimento “será feita oportunamente, inclusive para eventual questionamento judicial”.



O projeto ainda não havia sido disponibilizado no site da Câmara até a noite desta quarta-feira, mas a informação da Prefeitura é que o texto é o mesmo do original da gestão anterior, com um acerto para que as mudanças aprovadas pelo grupo de trabalho e pela Casa Civil sejam incluídas por meio de emenda, possivelmente coletiva, na Comissão Mista. Isso ocorre para queimar etapas da tramitação do projeto, já que o texto enviado pela gestão anterior já foi aprovado em primeira votação no ano passado. Se chegasse um novo texto, o andamento seria zerado.

Na sessão, o vereador Pedro Azulinho (PSB) fez críticas à tramitação rápida. “Eu soube pela imprensa que o Plano Diretor chegou à Casa de madrugada.



Diretor chegou à Casa de madrugada. Já chega nas escuras. Vou fazer um alerta: cuidado para não destruir essa Câmara. Vou alertar o prefeito e essa Câmara sobre as falácias que estão tendo. Vou debruçar em cima dele, contratar uma assessoria exclusiva para fazer um bom estudo. O que temos notícia é que é expansão para todo lado.”

Diversos vereadores reagiram com críticas ao vereador, afirmando que não há nenhuma suspeita sobre a tramitação.

“Esse projeto já foi discutido de frente para trás, de trás pra frente. Acho que até pro Vaticano já foi. Vamos respeitar o Poder”, disse o vereador Clécio Alves (MDB), que presidia a Casa.